

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo
Diretor de Redação
Ricardo Noblat
Editor Executivo
José Negreiros

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha
Diretor Comercial
Maurício Dinepi
Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira
Diretor Industrial
Oswaldo Abílio Braga
Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

A tragédia da saúde

O setor de saúde constitui, há anos, um dos mais dramáticos capítulos da crise do Estado brasileiro. Recebeu de sucessivos governos o selo de prioritário, mas, em termos práticos, isso não significou muita coisa.

A saúde pública continua enferma, o que dá à crise social contornos de tragédia. O setor carece de tudo e está muito aquém da capacidade de atender a uma demanda que, para dizer o mínimo, cresce em proporção assustadora.

O ministro Adib Jatene tenta, até aqui sem êxito, sensibilizar a tecnocracia da área econômica do governo para a necessidade inadiável de se criar receita para o setor, sob pena de vê-lo sucumbir inapelavelmente. O presidente Fernando Henrique, diante da resistência de sua equipe econômica, lavou as mãos e transferiu a responsabilidade de criação de novo tributo para o Congresso. Enquanto não se decide a questão, a crise no setor aprofunda-se.

Por trás das estatísticas de ineficiência na área de saúde, convém lembrar, estão pessoas simples, marcadas pela adversidade e exclusão, que dependem por completo da ação do Estado. Cozinhar o tema em banho-maria, diluindo-o no contexto das reformas constitucionais em exame no Congresso, não parece atitude razoável. O ministro Jatene tem razão: a saúde pública não pode esperar. É preciso ouvi-lo — e atendê-lo.

É claro que a criação de novos tributos — ou a recriação, no caso do IPMF — não é gesto po-

pular e produz resistências compreensíveis. Mas governar é, sobretudo, enfrentar e vencer resistências. A idéia de restabelecer o IPMF, o imposto cobrado ano passado sobre movimentações financeiras, incluindo contas correntes e poupança, não é do ministro Jatene. Ele apenas a relacionou entre as hipóteses. O que ele quer é que o governo defina, com urgência, nova receita para um setor vital que está se esvaindo por falta de recursos e produzindo, na sua falência, trágico e numeroso cortejo de vítimas.

Há projeto no Senado, de autoria do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), que restabelece o IPMF, destinando sua receita para o abatimento da dívida interna do Estado. A área econômica do governo deseja a aprovação do projeto e conta com ele para o equilíbrio de suas contas. Não se comove com os argumentos do ministro da Saúde e nem lhe oferece qualquer outra alternativa.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, limita-se a dizer que lamenta muito, mas todos os ministérios padecem de escassez de recursos — e ponto final. Não há nada, diz ele, que possa ser feito neste momento: nem remanejamento de recursos de outras áreas, nem criação de impostos. A questão foi remetida ao Congresso, onde, espera-se, encontrará maior sensibilidade diante de um drama que não é do ministro Jatene, mas da imensa maioria da população brasileira.